



EIXO CAPITAL

ANA DUBEUX / anadubeux.df@dabr.com.br

ENTREVISTA / MARCO AURÉLIO MELLO

“A ficha do brasileiro demorou a cair”

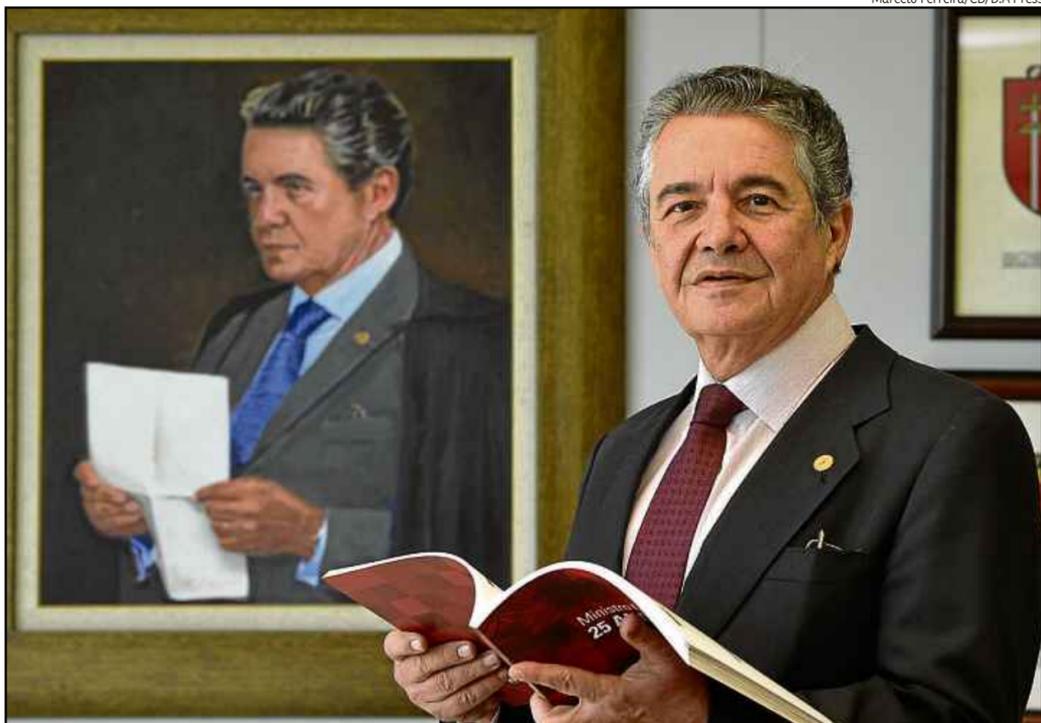
O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello enxerga uma espécie de delay coletivo do Brasil em relação à pandemia. “Custamos, em termos de Administração Pública, principalmente de poder central, a perceber a seriedade da pandemia... Os governos deveriam ter sido mais céleres nas decisões”, diz, nesta entrevista à coluna.

Defensor do isolamento, ele acredita que a pandemia alerta sobre a necessidade de restabelecer valores caros à vida em sociedade. E preocupa-se: “A ficha do brasileiro demorou muito a cair. Constatamos, nessa fase difícil, que às vezes é preciso haver, inclusive, a atuação da polícia repressiva — a militar — para termi-

nar com aglomerações de toda ordem. Isso é preocupante”.

Após mais de três décadas como ministro do STF e 42 anos de magistratura, Marco Aurélio está na antessala da aposentadoria, marcada para julho próximo. Mas avisa: “Não morrerei de tédio”. Não morre, nem nunca deixou ninguém morrer, é fato.

Ministro que nunca se furtou a declarações fortes e posicionamentos, ele afirma não ter arrendimentos e se declara um “estivador do direito”, referindo-se à carga de processos que hoje um ministro acumula. “Sou homem realizado e sempre me senti um servidor de meus semelhantes”. Pretende se dedicar agora à vida acadêmica.



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Ser ministro do Supremo durante mais de 30 anos cansa? Do que se arrepende? Do que se orgulha?

Orgulho-me do Supremo que encontrei em 1990, quando, na gestão do ministro Néri da Silveira, tomei posse. Havia integrado o Ministério Público do Trabalho, o Tribunal Regional do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho. Sempre decidi segundo ciência e consciência possuídas. Daí não haver qualquer arrependimento. Magistratura é opção de vida, e é preciso atuar sempre buscando o melhor, procurando conciliar o trinômio lei, direito e justiça, visando a entrega da prestação jurisdicional a tempo e modo. Sou homem realizado e sempre me senti um servidor de meus semelhantes. Atuo em colegiado julgador há 42 anos e completarei, em 13 de junho próximo, 31 no Supremo, com o sentimento do dever cívico cumprido. Continuarei na área acadêmica, na presidência do Instituto UniCeub de Altos Estudos. Estejam certos: não morrerei de tédio. O crescimento é infundável.

O senhor foi professor na Universidade de Brasília e no Ceub. Que lembranças tem desse contato com novas gerações?

A melhor lembrança possível, e sigo no mundo acadêmico. Estive ontem na Universidade de Brasília, continuo no UniCeub e palestrei diversas vezes nas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), em São Paulo. O contato com as novas gerações é enriquecedor, no que se percebe mentes abertas.

Quais mudanças o senhor destacaria na Justiça brasileira desde 1990, quando foi escolhido para o Supremo?

Houve o aprimoramento da atuação da Justiça. O que ocorre, no Brasil, é que não se caminha, por exemplo, para solucionar conflito de interesse na mesa de negociações. O País conta com lei moderníssima sobre arbitragem, mas dificilmente se tem descompasso solucionado mediante a atuação de árbitros. O brasileiro somente acredita em uma solução, a solução ditada pelo Estado-juíz. Então, há a judicialização em massa, que acaba emperrando a máquina judiciária.

As demandas da sociedade ampliaram a necessidade de o Judiciário modernizar-se, principalmente diante da pandemia. Como o STF pode contribuir no esforço para reduzir os impactos sociais da covid-19?

O Supremo somente atua mediante provocação, buscando, no âmbito de competência inimaginável, muito grande, conciliar celeridade e conteúdo. O Tribunal, não me canso de repetir, é o guarda maior da Constituição Federal. A segurança jurídica pressupõe a observância irrestrita, por todos, do arcabouço normativo.

Como a pandemia pode reforçar os valores humanistas da sociedade?

É preciso haver avanço cultural. De qualquer forma, a pandemia implicou alerta quanto à necessidade de preservar valores caros à convivência. A sociedade sairá mais fortalecida dessa quadra.



Continuarei na área acadêmica, na presidência do Instituto UniCeub de Altos Estudos. Estejam certos: não morrerei de tédio. O crescimento é infundável.”

É possível ter um olhar poético diante desse momento difícil? Como faz para aliviar a tensão?

Em primeiro lugar, julgo, integrando do Supremo, destinos e não papéis. Sempre busco — sei que é utopia — a perfeição. Não há tensão propriamente dita. Sou um juiz à antiga, trazendo processos para a residência. Vou ao Tribunal apenas nos dias de sessão. Aliás, ia ao Tribunal, porque, agora, quando se tem reunião de integrantes, ocorre mediante videoconferência. Como julgador, cuido muito da parte humanística. Por isso tenho sempre aberto um romance. Estou lendo obra de Hilary Mantel, sobre a Inglaterra da época de Henrique VIII, *O Espelho e a Luz*. Admiro muito essa escritora.

O que mudou na sua rotina neste ano de pandemia?

Tenho presente, há mais de um ano, que a vacina maior é a revelada pelo isolamento. Então o mantenho, desde março de 2020, e vou tocando a vida, buscando deixar, no gabinete, o menor resíduo possível para o sucessor, considerada a aposentadoria que se avizinha, em 5 de julho do corrente ano.

Como ficam as grandes questões da humanidade no pós-pandemia?

Os homens públicos devem ter os olhos voltados ao bem-estar social. No caso do Brasil, precisa haver atenção impar com os menos afortunados, proporcionando-se educação, saúde e segurança pública.

O momento exige resiliência e ativismo solidário. Engajou-se pessoalmente em alguma atividade coletiva a distância?

Exige dedicação e a busca do resgate desse predicado que é a solidariedade. Não me sobra tempo para estar engajado em outra atividade, além da acadêmica e judicante. Costumo dizer que hoje não sou, ante a carga de processos, um operador do Direito, mas sim um estivador.

Que ensinamento este momento nos deixa?

O relativo à necessidade de respeito à natureza. Em pleno século XXI, o homem veio a perceber, com essa pandemia, a fragilidade e que deve cuidar da mãe terra.

O senhor vive em Brasília há mais de 30 anos, como “sentiu” a cidade neste ano de pandemia?

Aqui cheguei, em 1981. A ficha do brasileiro demorou muito a cair quanto ao momento vivenciado, quanto aos efeitos da pandemia. Constatamos, nessa fase difícil, que às vezes é preciso haver, inclusive, a atuação da polícia repressiva — a militar — para terminar com aglomerações de toda ordem. Isso é preocupante. A conscientização passa, de qualquer forma, por uma mudança na percepção da vida gregária, da vida em sociedade.

Como vê a perda de tantos brasileiros na pandemia? Os governos deveriam ter sido mais céleres nas decisões? Que exemplo no mundo poderia ser usado no Brasil?

Custamos, em termos de Administração Pública, principalmente de poder central, a perceber a seriedade da pandemia, os efeitos que poderia causar. Sempre é tempo de tomar decisões visando o melhor, considerados os brasileiros. Sim, os governos deveriam ter sido mais céleres nas decisões. Observa-se o que ocorreu em outros países, como a Inglaterra, em que medidas foram adotadas.

A importância da união em torno de um projeto suprapartidário, para mitigar os efeitos da pandemia nos próximos anos, é possível?

É possível desde que haja, como disse, conscientização, sobretudo dos homens públicos, e que não prevaleçam interesses isolados, momentâneos e que não levam ao bem-estar geral.

Butantan presente

Começa hoje, em São Sebastião, o projeto Avisa, estudo coordenado pelo Butantan em parceria com 11 centros de pesquisa do Brasil, entre eles o Núcleo de Medicina Tropical da Faculdade de Medicina da UnB. A pesquisa, que tem por objetivo acompanhar grupos de pessoas para entender melhor aspectos relacionados à incidência e transmissão da covid-19, é financiada pelo Instituto Butantan, a Associação Iname e a iniciativa Todos pela Saúde. Mais de 300 participantes de 90 domicílios da cidade serão avaliados pelo estudo, coordenado pelos professores Gustavo Romero, da Faculdade de Medicina e Elza Noronha, superintendente do HUB.

No rastro de pedófilos

Portugal, Espanha e Áustria pediram autorização para usar o “Nudetective”, software 100% desenvolvido por peritos criminais federais, responsáveis pelo trabalho científico da PF. Premiado no exterior, o programa consegue, em poucos minutos, vasculhar grandes bases de dados e encontrar pornografia infantil. A rapidez permite seu uso no próprio local da busca e apreensão, dando mais segurança para a prisão e juntando elementos objetivos ao processo criminal.



Fotos: Ana Dubeux

#OcupaPlanoPiloto

A livre apropriação dos espaços abertos de Brasília consolidou-se na pandemia. Comumente usando máscaras, os brasilienses aproveitam mais dos gramados das entrequadradas pra tomar sol ou praticar atividade física. Mas há quem prefira participar de carreatas de protestos contra a privatização dos Correios.

Matemática não aceita desaforo

O governo anunciou a vacinação de professores com o lote de vacinas que chegou nessa semana. Só que chegaram 40 mil vacinas. E são pra 60 anos e comorbidades. O grupo de 60 anos e comorbidades tem aproximadamente 28 mil pessoas. Logo, há uma sobra aí de umas 12 mil vacinas (40 mil que chegaram menos as 28 mil de 60+comorbidades). O pessoal da educação é 80 mil pessoas. Logo, não tem vacina suficiente.

Francisco Araújo/flickr



Caminho de Poesia na Rede de Trilhas

Um dos percursos preferidos dos peregrinos do Distrito Federal, o Caminho de Cora Coralina agora integra a Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso. O trajeto de 300 quilômetros — que atravessa as cidades de Corumbá, Pirenópolis, Cocalzinho, São Francisco, Jaraguá, Itaguari, Itaberaí e cidade de Goiás — é o único caminho de poesia do mundo. Quem faz a trilha recebe o passaporte de peregrino emitido pelo Museu Casa de Cora.

A hora das minas

Forward Campaign, entidade de jovens sediada em Londres, lançou a candidatura de Rosalia Arteaga à Secretaria-Geral da ONU. As Nações Unidas nunca foram chefiadas por uma mulher. Rosalia foi ministra da Educação e Cultura, vice-presidente e presidente da República do Equador. Aqui em Brasília, ocupou, por quatro anos, a secretaria-geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). “É uma cidade encantadora”, elogia, a escritora e política equatoriana.